

NOVAS DINÂMICAS TERRITORIAIS E (RE)FORMULAÇÕES DA RURALIDADE – O CASO DE PORTALEGRE

*Alexandre Cotovio Martins**

1. Introdução

É relativamente seguro dizer-se que pensar sociologicamente o território, na actualidade, implica uma capacidade, crescente, de transcender as tradicionais dicotomias analíticas da sociologia, fundadas em torno de noções opostas entre si, como as clássicas distinções entre urbano e rural, campo e cidade.

Entretanto, parece avisado considerar que, não obstante tal constatação, não deve porventura o observador interessado nestas matérias abster-se de integrar nas suas análises os conceitos referidos. A preocupação acima exposta refere-se, antes de mais, à necessidade epistemológica de não reificar conceitos, tomando-os pela própria realidade (eventualmente sobrepondo-os, fazendo corresponder a cidade ao urbano e o campo ao rural). Por outro lado, ela reporta-se a um outro problema de fundo, de cariz mais directamente relacionado com a constatação empírica: o do grau actual de imbricação relacional entre os *campos* e as *cidades* e entre aquilo que neles é *urbano* e aquilo que neles é *rural*.

A noção de “território” parece apontar para este horizonte de problemas, na medida em que sugere a existência de um quadro relativamente integrado de fenómenos, associados à organização humana no espaço, *no interior* dos quais podemos identificar factos que classificaríamos de “urbanos” e factos que classificaríamos de “rurais”. Com um conceito assim abrangente, podemos, talvez, pensar o urbano e o rural como formas – historicamente variáveis – de produção e apropriação do espaço, mais ou menos relacionadas em diferentes domínios e graus de intensidade.

Tal discussão, não cabendo no espaço deste pequeno artigo, é aqui convocada por uma razão de ordem pragmática. Com efeito, pretende-se, com

* Sociólogo. Docente na Escola Superior de Educação de Portalegre. Consultor do Departamento de Assuntos Sociais da Câmara Municipal de Portalegre. Doutorando em Sociologia, Especialidade Rural e Urbana, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (alexandre.martins@csep.pt)

esta convocação, sugerir uma perspectiva possível, uma concepção de fundo, a qual enquadre, no limite, aquilo que seguidamente se expõe. Sobretudo, porque se começará a análise partindo de uma ordem expositiva que poderá parecer algo paradoxal: começa-se por analisar novos fenómenos ligados a uma certa forma de *ruralidade* descrevendo alguns aspectos de uma ordem económico-social de pendor marcadamente urbano.

2. Um enquadramento para a acção: nomadização dos capitais e territorialização da competição

O estudo das formas de estruturação e funcionamento dos aglomerados urbanos ou rurais e, mais geralmente, das relações territoriais, na actualidade, parece estar crescentemente dependente de análises que consigam introduzir nas suas grelhas de leitura do real o aspecto dinâmico e relacional destes fenómenos.

Na verdade, julgamos que tal dependência decorre, mais ou menos directamente, da necessidade de dar conta de processos que, eles próprios, remetem para graus de mobilidade e relacionamento, cada vez mais densos e complexos, entre territórios distintos. São esta complexidade e esta densidade relacionais que, pensamos, tornam legítima e necessária a análise de certos aspectos da vida nas aglomerações urbano-metropolitanas no estudo das transformações ocorridas e em curso nos campos ou das mudanças do espaço rural.

A principal dinâmica territorial sobre a qual centraremos as nossas atenções é a da construção da atractividade territorial, aparentemente um novo referente ideológico ligado ao discurso político (portanto com efeitos relevantes) em era de globalização e que parece estar na base de um número crescente de iniciativas de âmbito territorial.

Para explicitarmos melhor a intenção que preside a estas considerações, daremos um exemplo de um processo que estende a sua influência a territórios mais e mais vastos: o chamado processo de *terciarização* (Castells, 2000a; Ferreira, 1997) das funções económicas dominantes nos territórios urbano-metropolitanos, as quais envolvem mobilidades específicas de novas *elites* ou grupos, crescentemente libertos de constrangimentos espaço-temporais.

Na base deste processo está, efectivamente, um novo regime de troca territorial denominado pela expressão sintética de “globalização”. Um dos principais domínios de incidência deste regime situa-se ao nível daquilo a que se pode chamar de uma nova divisão territorial do trabalho.

Pode defender-se que os processos de terciarização não representam senão a expressão visível – antes de mais nos principais centros urbanos dos países dominantes na economia mundial – de um novo modo de distribuição territorial das

actividades económicas, no qual as funções de coordenação e gestão das unidades empresariais de maior dimensão e peso económico tendem a concentrar-se nesses grandes centros urbanos e as funções de execução e montagem a localizar-se em países de mão de obra barata e/ou alta capacidade tecnológica (Castells, *op.cit.*; Giraud, 2001).

Para melhor pensarmos o processo, entendemos útil socorrer-nos da análise empreendida por Pierre-Nöel Giraud (*idem*), autor que defende assentar aquilo a que se chama de “globalização” numa dinâmica mundial de *nomadização de capitais*.

O autor francês estabelece uma distinção entre capitais *nómadas* e capitais *sedentários*, de acordo, exactamente, com a sua lógica específica de actuação territorial: “Chamaremos actividades nómadas às que criam e desenvolvem fluxos de dinheiro e mercadorias entre territórios diferentes. Chamaremos actividades sedentárias às que se desenrolam no seio de um mesmo território” (*idem*).

Esta ideia de *nomadismo capitalista* permite ao autor estabelecer um esquema explicativo das lógicas de organização territorial dos capitais numa economia operante à escala internacional, continental ou mesmo mundial:

Todas as actividades nómadas começam por ser sedentárias, em geral relacionando sistemas produtivos locais no seio do mesmo território. Elas conservam quase sempre laços mais fortes com o seu território de origem do que com os outros, no sentido em que a maior parte da sua actividade, em especial as funções de direcção e certas actividades “estratégicas” (que constituem o cerne da sua competitividade), se mantém instalada nesse local (*idem*).

Historicamente, segundo Giraud, o processo de nomadização dos capitais está intimamente ligado à crescente competição entre territórios (nomeadamente nacionais). Argumenta que, a partir dos anos 70 do século XX,

Os territórios cujos capitalismo eram sedentários e complementares tornam-se a retaguarda de capitalismo cada vez mais nómadas e concorrentes. § Os governos reconhecem oficialmente esta situação desde o início dos anos 80. Em todos os países industrializados, a própria lógica das políticas económicas se altera. De guardiães dos círculos virtuosos do crescimento autocentrado, que se destroem, passam a apoiar a competitividade internacional dos seus capitalismos. Mas estes autonomizam-se cada vez mais em relação aos seus territórios de origem e desenvolvem-se em todos os territórios, tornando-os concorrentes. Num determinado território, a evolução da riqueza depende então cada vez mais do seu carácter atractivo para o conjunto dos capitalismos, qualquer que seja a sua origem nacional (*idem*).

Toda esta dinâmica de funcionamento económico a nível mais e mais global, terá conduzido a uma deslocação da incidência das políticas económicas nacionais, do pólo da procura para o pólo da oferta – e da oferta associada à *atractividade* territorial:

Durante este período que vai do início dos anos 70 à actualidade [1996], os governos foram obrigados a reconhecer estas transformações das dinâmicas dos capitalismos e das suas relações com os territórios. Consequentemente, alteram a natureza das suas intervenções, o conteúdo da política económica. (...) Com a globalização dos capitalismos – a forma actual da prossecução do processo de nomadização – as políticas económicas tentam evoluir para o reforço do “carácter atractivo” de um território perante o conjunto dos capitalismos: trata-se então de fazer com que um território “ofereça” condições para que uma parte crescente da produção se localize aí e para que uma parte crescente dos rendimentos mundiais sejam atraídos para ele (Giraud, *op.cit.*).

O processo, de verdadeira territorialização da competição, baseado no incremento, ou na tentativa de incremento planeado, da atractividade ou competitividade que os territórios têm, do ponto de vista dos *capitalismos nómadas*, encontra uma expressão específica nos territórios urbano-metropolitanos, designadamente associada ao tipo de funções e aos sectores económicos que as diferentes cidades são capazes de fixar (Castells, 2000a, *passim*; Ferreira, 1997).

Estamos em crer, porém, que esta competição, feita em nome da atractividade, não se resume exclusivamente à captação de capital financeiro. Neste contexto, de nomadização de capitais, a competição entre territórios parece fazer-se, também, pela respectiva capacidade para atraírem bens diversos, em quantidade e em qualidade, como, por exemplo, as “funções de topo”, ou pelo menos mais qualificadas, associadas à nova organização económica, ou ainda determinadas populações, de forma permanente ou temporária (Ferreira, 1997, *passim*). Em rigor, poder-se-ia falar de uma competição por *bens*, materiais ou simbólicos, de acordo com as necessidades específicas sentidas em cada um dos territórios e a escala da sua actuação. Ou seja, existirá uma competição *diferenciada*.

Esta diferenciação pode radicar, por exemplo, na capacidade destes territórios para atraírem e/ou fixarem as funções económicas tidas como mais “nobilitantes” (capital simbólico), assim como passíveis de gerarem mais vantagens económicas, directas e/ou indirectas (capital económico), como no caso do consumo dos quadros superiores das grandes empresas, no aumento do afluxo turístico a uma cidade, justificado pela sua visibilidade, ou na criação de empregos por uma firma multinacional.

Da existência desta lógica, aparentemente inelutável, da construção da atractividade territorial em contexto de globalização, assim como da sua extensão a territórios que facilmente se apelidariam de “rurais”, dá-nos conta Domingos Vaz (Vaz, 2004). Este autor, num diagnóstico sobre as possibilidades de desenvolvimento dos territórios de baixa densidade ligados a cidades do interior português, salienta o papel estratégico de alguns elementos para tornar esses espaços “competitivos”:

Os territórios e as suas regiões só poderão ser competitivos, na sua globalidade, se as suas cidades forem o ‘motor’ do desenvolvimento económico e social. Isto é ainda mais válido em territórios de baixa densidade demográfica (...). (...) A valorização urbana deve estar articulada com igual valorização e qualificação dos recursos patrimoniais, ambientais e culturais, ao mesmo tempo que (...) podemos pensar na criação de unidades avançadas de investigação, na criação de hospitais-escolas especializados, na instalação de equipamentos diversificados de cultura, lazer e turismo ou na criação de centros tecnológicos (...) (Vaz, *op.cit.*).

É desta forma que muitos pequenos territórios urbanos em meio rural tendem a procurar afirmar-se através da reformulação do seu lugar na economia das relações urbano-rurais e na dicotomia grandes centros/pequenos centros.

Dado o alastramento desta lógica de diferenciação distintiva e especialização económica dos territórios, torna-se pertinente a análise dos modos pelos quais os diferentes agentes com capacidade para definirem as políticas e outras intervenções de índole económica e incidência territorial vão produzindo, efectivamente, novas valências “competitivas” desses territórios.

3. Da ludificação como forma de promoção da atractividade dos territórios.

Um autor que nos traz uma análise daquilo que pode ser visto como um novo domínio de oferta de serviços de base territorial cujos promotores pretendem competitiva é Luís Baptista, ao propor uma nova forma de classificar um destes modos de intervenção, a que chamou de processo de *ludificação* de territórios (Baptista, 2004). Segundo o autor,

Saídos definitivamente dos tempos em que o viajante burguês dos séculos XVIII e XIX encontrava os prazeres das grandes cidades e das pequenas aldeias, inserindo-se ou simplesmente observando as lógicas autóctones de trabalho e quotidiano, estamos a viver a constituição de territórios previamente planeados para efeitos lúdicos (o planeamento urbano ele próprio faz-se ten-

do em atenção os visitantes, os turistas), sejam os grandes parques, as grandes áreas para feiras, certames ou exposições.

Considera o autor que o surgimento deste tipo de território está associado à emergência daquilo que designa como “modo de vida lúdico”, por sua vez ligado à detenção e acumulação de um capital propriamente lúdico:

A designação *modo de vida lúdico* prende-se com o entendimento que é hoje dominante nas sociedades ocidentais (ocidentalizadas) acerca da industrialização do uso dos tempos livres. Os tempos disponíveis, libertados dos tempos de trabalho, integram-se numa lógica de total programação dos tempos quotidianos que, embora não afectando todos os grupos sociais e profissionais da mesma maneira, se torna hegemónica. (...) A festa, a diversão, o prazer, a descontração são sinónimos de realização pessoal, de sucesso na vida e funcionam como estímulos a difundir globalmente (Baptista, *idem*).

Aqui chegados, devemos assinalar que esta dupla lógica, de criação de oferta territorial associada aos usos lúdicos do território e de procura desses mesmos bens e usos por parte de camadas crescentes de populações, maioritariamente urbanas e crescentemente libertas de constrangimentos espaço-temporais, parece generalizar-se, bem para lá dos grandes centros urbano-metropolitanos.

De facto, um dos domínios relevantes em que é possível identificar esta generalização da *ludificação territorial* é o que está associado à crescente utilização, pelos cidadãos, de espaços “rurais” para fins lúdicos.

É que estamos a assistir a uma redefinição crescente dos usos sociais de determinados espaços, designadamente dos espaços rurais, redefinição esta ligada a novas modalidades de relação com a vida nas metrópoles. Eduardo Duarte Ferreira (Cfr. Ferreira, 2003) afirma, aliás numa linha de observação que apresenta algumas confluências com a de Baptista, que

Foi na última metade do século XX que as sociedades ditas mais desenvolvidas experimentaram uma melhoria substancial das condições de vida, e conseguiram, dentro dos limites possíveis, aproximar-se de um “ponto óptimo” no que se refere à combinação entre o tempo de trabalho e o tempo de lazer, factores estes que, entre outros efeitos, acabaram por ter uma tradução directa no consumo crescente da natureza e do ambiente.

Neste último caso, esta redefinição passa, antes de mais, pela produção de representações, por certas fracções de populações urbanas, do espaço rural – e daquilo que qualificam de rural, em geral – como espaço lúdico, em sentido lato,

do qual esperam uma espécie de contraponto positivo das características negativas que apontam à vida metropolitana.

Estas representações andam associadas a uma mitificação do “rural”, que é doravante olhado através de uma espécie de nostalgia da vida – mítica - nos campos. Como refere Baptista (Baptista, 1999),

O que há de mito neste tipo de motivação não é a busca permanente de equilíbrios mais compensadores para a existência individual e colectiva mas a ideia de que as cidades são desequilibradas, letais e que a sua modernidade é só massificadora, isoladora e impessoal e que, por isso, há que regressar ao campo, a uma forma antiga, logo mais humana, de relação social. § (...) Salientamos que a edificação do **mito rural** se prende (...) a discursos embelezadores das virtudes da vida nos campos doutros tempos, o que é ampliado pela prática de certos grupos interessados na requalificação das imagens de ancestralidade. Tal fenómeno está não só ligado à perpetuação de sentimentos de uma herança perdida por parte dos que emigram dos campos para a cidade mas à valorização que as gerações nascidas nos grandes centros urbanos fazem das imagens construídas em torno de um ‘modo de vida descomprometido’ dos vínculos materiais que as sociedades mais urbanizadas (e industrializadas) promovem.

O efeito mais relevante a reter aqui desta nova forma de concepção do rural dos cidadãos parece ser o da consequente criação de uma disposição para e, mesmo, de uma *procura efectiva*, de enquadramentos sociais e paisagísticos de matriz rural, para usos lúdicos mais ou menos permanentes, mais ou menos temporários, consoante os casos.

A par da constituição desta nova procura, de cunho territorial, parece caminhar a necessidade, sentida nestes territórios, de se encontrarem e promoverem actividades que permitam assegurar a sua *competitividade e atractividade*. Necessidade porventura tanto mais sentida quanto as “clássicas” funções produtivas e reprodutivas do espaço rural estão, aparentemente, comprometidas (Chamboredon, 1985).

Torna-se, assim, de mais clara compreensão a emergência de discursos e práticas autóctones, tendentes a promoverem a “naturalização” e a “musealização” dos espaços rurais e dos modos de vida que, supostamente, lhes andam associados, numa concessão – ou aproveitamento - a essa espécie de visão romântica e cidadina dos campos. Como refere Chamboredon (*op.cit.*),

L'espace rural, du fait de la spécialisation croissante de l'espace proprement agricole, de la rationalisation des techniques d'exploitation, échappe, dans nombre de ses parties, aux contraintes qui pesaient sur la terre comme

instrument de production ; le retrait d'une économie rurale ancienne qui pouvait exercer une emprise diffuse sur de larges aires 'libère' des espaces qui échappent ainsi à la définition traditionnelle du terroir et du finage et se trouvent disponibles pour d'autres emplois sociaux de l'espace ; enfin, globalement, l'accessibilité croissante de cet espace pour les urbains, la complémentarité accrue par rapport à l'espace urbain et la multitude des transitions de l'un à l'autre qui atténuent leur opposition, rendent possible l'émergence d'autres affectations et d'autres usages. Tous ces changements autorisent la redéfinition de l'espace rural comme cadre naturel, de la campagne comme nature à préserver et à conserver: double mouvement de 'naturalisation' et de 'muséification'.

Mais concretamente, torna-se perceptível o surgimento de *ofertas*, dirigidas para a promoção da atractividade destes territórios – atractividade que se pretende sustentada e sustentadora –, nomeadamente ofertas orientadas para a promoção e rentabilização de *património* - seja este entendido sob o epíteto de “cultural”, “natural” ou outro -, tanto mais quanto o “rural” já não é *sobretudo* o espaço da produção agrícola.

Tal constituição de oferta implica uma reformulação dos espaços rurais que parece visar, em parte - e mais ou menos intencionalmente, segundo os casos -, a inscrição simbólica destes na categoria de “paisagem” oferecida aos cidadãos. Jean-Claude Chamboredon entende, mesmo, que, a este título, o rural se torna numa espécie de “cena secundária do urbano” (*idem*):

La société villageoise est un espace secondaire par rapport à la scène urbaine pour les ruraux partiellement ou temporairement urbanisés et pour les 'urbains' en voie de 'ruralisation' partielle. (...) Du point de vue de la société rurale dans sa spécificité, c'est une marque de plus de l'effacement de son autonomie, puisqu'elle est vouée à servir de scène complémentaire par rapport à la scène urbaine.

Está em jogo, por conseguinte, uma verdadeira *reformulação* do lugar do “rural” no espaço territorial da modernidade, num quadro em que ambos cidadãos e populações rurais agem, não raras vezes, a partir de interesses complementares na produção desse mesmo fenómeno. Esta reformulação altera, efectivamente, o espaço rural e o seu lugar num universo simbólico crescentemente comum. É Chamboredon (Chamboredon, 1985) quem afirma que

À travers ces transformations, la fonction symbolique de la campagne se modifie. N'est-on pas en train de passer de la situation où la campagne

fonctionnait comme réserve ‘sociale’, donnant le modèle de rapports sociaux, à une situation où elle fonctionne plutôt comme réserve ‘culturelle’, cadre d’un style de vie non prédateur et non destructeur, affranchi des habitudes de consommation urbaines, respectueux des rythmes et des équilibres naturels ? (...) De même, le village qui tend à devenir pur espace de résidence, largement déconnecté des espaces de production, n’acquiert-il pas une plus grande ‘disponibilité’ symbolique, de sorte qu’il peut servir de référence pour les utopies de la sociabilité pure et harmonieuse ?

É justamente no decurso desta alteração simbólica que “rural” e “urbano” se matizam em novos e inesperados modos. Nas palavras de Eduardo Ferreira (Ferreira, 2003),

No que se refere propriamente aos usos sociais do *espaço rural*, julgamos (...) que o campo deixou de se estruturar apenas na sua função produtiva, a qual, salvo raras excepções, foi sempre suportada pela actividade agrícola. Com efeito, as novas funções de lazer e de qualidade de vida atribuídas mais recentemente a esse espaço, acabaram por lhe emprestar uma carga de *urbanidade* – entendida aqui como qualidade do urbano – em moldes que até aí eram pouco usuais.

4. O caso de Portalegre: uma cidade e os seus campos.

No caso da cidade de Portalegre, a dinâmica, acima discutida, de procura do incremento da atractividade territorial através de estratégias de “patrimonialização” ou “musealização” de certos marcos físicos (ambientais, “naturais” ou “culturais”) ou práticas sociais, encontra expressão bem clara, designadamente em planos estratégicos de desenvolvimento ou ordenamento territorial.

Com efeito, tais instrumentos parecem ter por orientação, mais ou menos implícita, um conceito de cidade “competitiva” e “atractiva” – e, no caso, competitiva e atractiva com base no seu património e no património dos campos circundantes, entendida essa competitividade e atractividade como elemento “dinamizador” e “promotor” do desenvolvimento territorial.

A própria cidade de Portalegre surge, assim, representada como um pólo territorial que apenas será plenamente “competitivo” se nele se fizerem salientar os aspectos mais propriamente paisagísticos, designadamente aqueles ligados aos seus campos circundantes e a aspectos históricos e sociais dessa ligação.

É, assim, a um conceito de património como valor sócio-económico, mais do que como nomenclatura prescritiva, que o *Plano Director Municipal de*

Portalegre se refere, num capítulo intitulado “Levantamento, salvaguarda e valorização do património cultural”:

A noção de ‘património’, no âmbito [deste documento], fundamenta-se num entendimento dinâmico da vivência e gestão do território, - alargando portanto o âmbito da assunção mais corrente do termo e procurando ultrapassar a mera catalogação/inventariação dos objectos arqueológicos/arquitectónicos de qualidade. § Assume-se portanto que o levantamento, salvaguarda e valorização do património cultural, terá que ser entendido: a) pela percepção do sistema que esteve subjacente à localização dos aglomerados e à definição da sua importância territorial e, logo, à noção de conjunto urbano, transcendendo a leitura de ‘valores patrimoniais’ enquanto rol de objectos dispersos; b) em ligação ao património natural e procurando a articulação entre as duas classes de valores; c) desvendando usos possíveis para os ‘objectos’ com viabilidade económica que permitam: i) disponibilizar valores e recursos, hoje sem aproveitamento, por vezes em degradação; ii) desenvolver recursos financeiros alternativos, que possibilitem a recuperação/conservação dos valores patrimoniais e, simultaneamente, criem emprego e estabeleçam redes de equipamentos; d) percebendo os hábitos, tradições e recursos de uma região, articulando o conjunto globalmente.

O valor sócio-económico potencial do património é ponderado, mesmo, como uma “alavanca” do desenvolvimento do concelho, capaz de contrabalançar os efeitos da interioridade. O mesmo documento alude ao “património histórico” da seguinte maneira:

(...) Para além do valor cultural e de identidade local associado, o património histórico constitui cada vez mais um recurso económico potencial, designadamente quando se pretende apostar no desenvolvimento das actividades turísticas. A condição de interioridade do concelho de Portalegre impõe que se desenvolva uma multiplicidade de atractivos turísticos com capacidade de atrair visitantes, não sendo de descurar, obviamente, o património histórico.

Esta ideia clara de *patrimonialização*, ou utilização do já patrimonializado, integrada e organizada em função de objectivos tidos como de desenvolvimento pela promoção da “atractividade”, encontra-se, também, vertida num conjunto de objectivos estratégicos disseminados por outros planos estratégicos concelhios.

No *Plano Estratégico da Cidade de Portalegre*, a qualificação e valorização urbanas consideram-se como prioritárias. São-no, também, em função da sua contribuição específica para a possibilidade de fruição do património paisagístico:

Os objectivos prioritários [deste Plano] correspondem a um conjunto de intervenções que se propõem responder a imperativos de qualificação e valorização ambiental da cidade – implementação de estruturas urbanas (...) e de acções para a valorização e adequada utilização dos espaços públicos e do património da cidade (...).

Tal valorização e qualificação, pretende-se, por conseguinte, vocacionada para uma “melhor utilização da cidade”, sempre na sua articulação com a “paisagem envolvente”. Na mesma linha, o *Plano de Estrutura Verde da Cidade de Portalegre* assume, como objectivos fundamentais,

1) A valorização do ambiente natural e cultural da cidade, de forma a dignificar a qualidade de vida de residentes e utentes; 2) A salvaguarda e reabilitação dos espaços abertos urbanos existentes, na zona histórica e nas zonas de expansão urbana recente, de modo a evitar o despovoamento e degradação física, social e cultural da cidade; 3) Sublinhar a relação entre cidadãos e espaços abertos, da cidade e da envolvente, mediante a: a) Preservação dos ecossistemas naturalizados que envolvem o espaço urbano da cidade; b) Instalação de novos espaços verdes urbanos; c) Valorização dos espaços urbanos existentes; 4) Propor uma estrutura biofísica e acções necessárias ao equilíbrio do meio, que revelem amanhã um desenvolvimento económico favorável para a cidade e psicologicamente equilibrado para o Homem (...).

Por outro lado, é no Programa *Polis – Viver Portalegre*, que se afirma:

O Programa Polis em Portalegre configura (...) um tipo de intervenção externa que se adequa aos objectivos estratégicos que se pretendem para Portalegre, desde que essa intervenção: a) Encare o património cultural, histórico e urbano/arquitectónico e os recursos naturais e paisagísticos enquanto valores em si e por si mesmos preserváveis e dinamizáveis; b) Se desenvolva como factor directo de requalificação da vida da população, residente ou flutuante, no que se refere à disponibilização de melhores ou mais adequadas infra-estruturas e serviços, equipamentos e habitações; c) Se entenda como factor indirecto de estabilização e reforma socioeconómica apoiadas na emergente actividade turística, enquanto instrumento qualificador da oferta turística local e regional.

Nesta perspectiva, este último documento estratégico define “rotas”, objecto de intervenção diferenciada do Programa, as quais derivam directamente de uma concepção lúdico-patrimonial do território. Isto, num plano já bem longín-

quo de um entendimento da cidade enquanto entreposto associado às actividades administrativas e comerciais ligadas à actividade agrícola nos campos, mas imbuído de uma visão “paisagística” de um núcleo urbano em território de matriz predominantemente rural:

Rota das Estruturas Defensivas – Este percurso visa a descoberta das cercas de muros defensivos, medievais ou setecentistas, a percepção da evolução da cidade construída em função das condicionantes impostas pelas estruturas de defesa, e a sua conseqüente valorização: castelos e torres, portas, panos de muralha, casas adossadas aos muros, baluartes e barbacãs, cavaleiros e fossos; **Rota dos Conjuntos Monumentais** – Este percurso evidencia as estruturas urbanas com maior carga de valores patrimoniais, pela identificação dos edifícios mais significativos no contexto da cidade: igrejas, conventos, palácios e solares, ruas, largos, praças e frentes consolidadas, tendo em vista a sua preservação, valorização e conseqüente promoção; **Rota dos Miradouros** – A localização na meia encosta, sobre a dimensão da planície, proporciona a Portalegre o permanente descobrir de enfiamentos perspécticos, de cambiantes de luz e profundidade, sempre referenciadas à imagem dominante da Penha. § Esta imagem emblemática, de enquadramento predominantemente vegetal, integra um casario irregular pontuado pela mole imensa de alguns edifícios dominantes, na qual a Sé assumiria o lugar primordial, não fora o imóvel do antigo Quartel dos Bombeiros ter limitado e fechado o espaço da Praça e cortado a percepção do edifício; **Rota do Lazer/Rota Cultural** – Como forma de reanimação dos espaços públicos existentes, pretende-se criar a rota do lazer, visando promover a valorização ambiental no centro da cidade. § Esta rota integra-se numa filosofia de gestão sustentável e concertada de todos os recursos naturais humanizados presentes na paisagem urbana (...).

Tudo isto sugere que a ligação da cidade com os seus campos circundantes – e com aquilo que nela estes últimos, ou a sua vivência, foram deixando como marca – se alterou. Longe dos tempos em que os campos eram lugar de ocupação maioritária da população do concelho e espaço da produção agrícola, a emergência da representação do rural como paisagem a oferecer aos turistas torna-se um referente ideológico central nos grandes planos de desenvolvimento aqui brevemente analisados. A cidade é aí vista, em boa medida, como um *posto de observação* de uma paisagem miticamente recriada.

Conclusão

Em face do anteriormente exposto, julgamos que se afigura ajustado o uso de conceitos associados à ideia de competição entre territórios pela captação de recursos – económicos, sociais, culturais, etc. – na análise das formas pelas quais a ruralidade se vai reformulando na actualidade.

Na verdade, semelhante abordagem permite encarar o problema da mudança do espaço rural, não apenas numa óptica de *privação relativa* deste último face à cena urbana, ou mesmo de agonia de uma qualquer “essência” rural, mas como o resultado de (entre outras coisas) uma organização auto-centrada, de iniciativa “endógena” a estes territórios. Ou seja, permite olhar a mudança como parcialmente determinada ou, pelo menos, influenciada pelos autóctones.

É certo que os graus de liberdade consentidos pelos determinismos mais gerais a essa iniciativa de âmbito “endógeno” na “escolha” dos sectores económicos a desenvolver, nas populações a fixar... - são diminutos. Mas, nem por isso será ajustado perspectivar as mudanças em espaços rurais como meras “invasões” ou colonizações destes últimos pelas populações, modos de organização económica, estilos de vida urbanos. Desta maneira, importa, porventura, repensar a tese da “autonomia relativa” do espaço social rural, ancorando essa nova abordagem numa óptica mais vasta, pensada à luz de processos de organização sócio-económica e territorial de ordem mais global.

A identificação aprofundada das implicações teóricas, ou mesmo, mais particularmente, das personagens, dos propósitos mobilizadores, das ideologias e das novas paisagens que distinguem estes processos de mudança, cai muito longe das possibilidades do presente texto. Nele, pretendemos, acima de tudo, afirmar algumas virtudes daquilo que cremos ser uma forma simultaneamente realista e eventualmente não normativa de olhar o espaço rural.

Bibliografia

- ASCHER, François (1998), *Metapolis. Acerca do Futuro da Cidade*, Oeiras, Celta Editora
- BÂCHELET, Bernard (1998), *L'Espace*, Paris, Presses Universitaires de France (Col. «Que sais-je ? », n.º 3293)
- BAPTISTA, Luís V. (1999), “Mito rural, ruralidade, campos e cidades: proposta de reflexão a propósito de uma cidade insular”, *Fórum Sociológico*, n.ºs. 1/2, Lisboa, IEDS/UNL, pp.283-288
- BAPTISTA, Luís V. (2003), « Territórios, imagens e poderes » in CORDEIRO, Graça Índias, BAPTISTA, Luís V. e COSTA, António Firmino da (orgs.), *Etnografias Urbanas*, Oeiras, Celta Editora

- BAPTISTA, Luís V. (2004), « Territórios lúdicos (e o que torna lúdico um território): ensaiando um ponto de partida», comunicação apresentada ao V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, Braga
- BAPTISTA, Luís V., PUJADAS, Joan J.(2000), “Confronto e entreposição: os efeitos da metropolização na vida das cidades”, *in* Revista *Fórum Sociológico*, IEDS/UNL, n.ºs ¾, Lisboa, FCSH-UNL, pp.293-308
- BERGER, Peter L., LUCKMANN, Thomas (1999), *A Construção Social da Realidade – Um Livro Sobre a Sociologia do Conhecimento*, Lisboa, Dinalivro,
- BOURDIEU, Pierre (2001), *As Estruturas Sociais da Economia*, Lisboa, Instituto Piaget
- BOURDIEU, Pierre, CHAMBOREDON, Jean-Claude e PASSERON, Jean-Claude (1999), *A Profissão de Sociólogo – Preliminares Epistemológicas*, Petrópolis, Editora Vozes
- BOURDIEU, Pierre, e SAYAD, Abdelmalek (1999), *Le Déracinement – La Crise de L’Agriculture Traditionnelle en Algérie*, Paris, Les Éditions de Minuit
- CARMO, Renato Miguel Emídio do (2002), “A forma das margens no espaço urbano”, *Fórum Sociológico*, Lisboa, n.º 7/8, Lisboa, IEDS/UNL, pp. 103-126
- CASTELLS, Manuel (2000a), *The Information Age : Economy, Society and Culture, Vol. I – The Rise of the Network Society*, Oxford, Blackwell
- CASTELLS, Manuel (2000b), *The Information Age : Economy, Society and Culture, Vol. II – The Power of Identity*, Oxford, Blackwell
- CASTELLS, Manuel (2000c) *The Information Age : Economy, Society and Culture, Vol. III – End of Millenium*, Oxford, Blackwell
- CHAMBOREDON, Jean-Claude (1985), « Nouvelles formes de l’opposition ville-campagne », *in* *Histoire de la France Urbaine* (Vol. V), Paris, Seuil
- CHOAY, Françoise (1999), *L’urbanisme, utopies et réalités – Une anthologie*, Paris, Éditions du Seuil
- FERREIRA, Eduardo Costa Duarte (2003), “Turismo rural: a reinvenção urbana da ruralidade”, *Fórum Sociológico*, n.ºs. 9/10, Lisboa, IEDS/UNL, pp.295-305
- FERREIRA, Vítor Matias (1997) (Dir.), *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Lisboa, Editorial Bizâncio
- FERREIRA, Vítor Matias (1994), “Do Historicismo ao ‘Tipo-Ideal’ de Cidade : A Oposição Cidade-Campo”, *Cadernos de Ciências Sociais*, Porto, Edições Afrontamento, pp. 141-151
- GIRAUD, Pierre-Nöel (2001), *A Desigualdade do Mundo*, Lisboa, Terramar
- LeGATES, Richard T., and STOUT, Frederic (2000) “Modernism and Early Urban Planning, 1870-1940”, *in* LeGATES, Richard T., and STOUT, Frederic (eds.) *The City Reader*, London, Routledge (2nd edition), pp.299-313
- PINTO, José Madureira (1985), *Estruturas sociais e práticas simbólico-ideológicas nos campos – Elementos de teoria e de pesquisa empírica*, Porto, Afrontamento
- RONCAYOLO, Marcel (1985), “Nouveau Cycle ou fin de l’urbanisation?”, *in* DUBY, Georges (Dir.), *Histoire de la France urbaine*(Vol. V), Paris, Seuil, pp.15-131
- RONCAYOLO, Marcel (1997), *La ville et ses territoires*, Paris, Gallimard (Ed. Rev.)

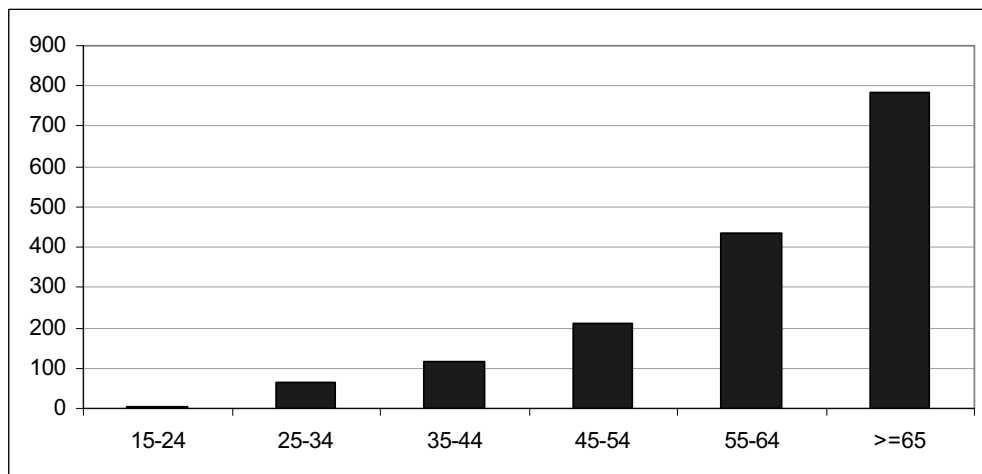
- SAMPAIO, Maria Leonor (2002), “Pensar a sociedade rural hoje : alguns dos seus significados, representações e constrangimentos”, *Fórum Sociológico*, n.ºs. 7/8, Lisboa, IEDS/UNL, pp.197-213
- VAZ, Domingos (2004), “Protagonismo urbano em territórios de baixa densidade: Uma reflexão sobre o caso da Beira Interior”, comunicação apresentada ao V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia, Braga

Documentos Consultados

- Plano de Estrutura Verde da Cidade de Portalegre, Portalegre, CMP, s/d
- Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Portalegre, Portalegre, CMP, 2004
- Plano de Valorização do Centro da Cidade de Portalegre, Portalegre, CMP, s/d
- Plano Director Municipal de Portalegre (Revisão), Portalegre, CMP, 2003 (1994)
- Plano Estratégico da Cidade de Portalegre, Portalegre, CMP, 1996
- Recenseamento Geral da Agricultura, Lisboa, INE, 1999
- VIVER PORTALEGRE – Programa Polis (Plano Estratégico), Lisboa, MAOT/CMP, 2002

ANEXO

Quadro I: Número de produtores agrícolas singulares segundo a idade, em 1999 (Concelho de Portalegre)



Fonte: Recenseamento Geral da Agricultura, Lisboa, INE, 1999